

INDIVIDUAÇÃO E IDENTIDADE DIACRÔNICA EM ARISTÓTELES: MATÉRIA, FORMA E O ESTATUTO ONTOLÓGICO DAS FORMAS SUBSTANCIAIS

INDIVIDUATION AND DIACHRONIC IDENTITY IN ARISTOTLE:
MATTER, FORM AND THE ONTOLOGICAL STATUS OF SUBSTANCIAL FORMS

PEDRO TEIXEIRA ZANCHIN*

Resumo: Este artigo investiga a relação entre o problema da individuação e o estatuto ontológico das formas substanciais em Aristóteles. A partir da distinção entre individuação sincrônica e diacrônica, examinamos a tese de M. Frede de que a identidade ao longo do tempo exige formas individuais. Consideramos uma objeção a essa tese e a alternativa universalista segundo a qual a identidade de objetos materiais pode ser explicada pela interação de matéria e forma na substância composta. Argumentamos que o problema da individuação não é suficiente para decidir o estatuto ontológico das formas.

Palavras-chave: Aristóteles; individuação; identidade diacrônica; forma substancial.

Abstract: This article investigates the relation between the problem of individuation and the ontological status of substantial forms in Aristotle. Drawing on the distinction between synchronic and diachronic individuation, it examines M. Frede's thesis that identity over time requires individual forms. It considers an objection to this thesis and the universalist alternative according to which the identity of material objects can be explained by the interaction of matter and form in a composite substance. It argues that the problem of individuation is not sufficient to determine the ontological status of forms.

Keywords: Aristotle; individuation; diachronic identity; substantial forms.

* Pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS, Brasil. E-mail: pedrozanchinqt@gmail.com

Nosso objetivo neste trabalho é investigar a relação entre as posições acerca do princípio de individuação e as posições acerca do estatuto ontológico das formas substanciais em Aristóteles. Em particular, pretendemos examinar a teoria de formas individuais proposta por Frede, segundo a qual as formas precisam ser concebidas como individuais para explicar a identidade diacrônica das substâncias compostas.

O que torna um indivíduo o indivíduo que é? O que faz com que ele seja *este* indivíduo, numericamente distinto de outros qualitativamente idênticos? A questão do princípio da individuação tornou-se um tema clássico entre os intérpretes de Aristóteles. Ainda que, ao que sabemos, ele não a tenha formulado explicitamente nesses termos nem, por conseguinte, oferecido uma resposta direta, os intérpretes procuram reconstruir as possíveis respostas no interior da perspectiva aristotélica. As soluções encontradas na literatura dividem-se, em linhas gerais, em dois modelos: a interpretação tradicional, de um lado, que toma a matéria como princípio de individuação, e, de outro, a que toma a forma como princípio de individuação.

A relação entre esse problema e a questão da natureza das formas é bem conhecida. Em *Metafísica Z*, Aristóteles discute a noção de substância ou ser primeiro – o ser que é ser sem qualificação (*ὄν ἀπλῶς*), e não um certo ser (*τὸ ὄν*)¹ – e sustenta, assim entendemos, a tese segundo a qual as substâncias primeiras são as formas imanentes (*τὸ εἶδος τὸ ἐνόν*) das substâncias compostas². Ora, a forma de Sócrates e a forma de Cálías são uma e a mesma e, por isso, um universal – na medida em que o universal é aquilo que, por natureza, pertence a muitas coisas³. Essa tese parece, então, entrar em conflito com os argumentos desenvolvidos contra a posição platônica em Z.13-16, que sugerem que é “impossível ser substância qualquer uma das coisas ditas universalmente” (1038b8-9)⁴.

¹ Ver *Met.* Z.1 1028a30-31. Aristóteles emprega essas duas expressões para marcar a diferença entre os seres da categoria da substância e os das demais categorias: enquanto as substâncias são aquilo que são sem qualificação (*ἀπλῶς*), os seres das demais categorias são aquilo que são sendo também alguma outra coisa – o branco, por exemplo, só é um ser na medida em que existe algo no qual inere, como um ser humano branco.

² Ver *Met.* Z.7 1032b1-2, Z.11 1037a29, e Z.17 1041b7-9.

³ Cálías e Sócrates são “o mesmo quanto a forma (pois a forma é indivisível)”, *Met.* Z.8 1034a8; “a definição é do universal e da forma”, Z.11 1036a28-29; “é chamado ‘universal’ aquilo que, por natureza, pertence a muitas coisas”, Z.13 1038b11-12.

⁴ As traduções são de minha autoria.

A partir dessa reconstrução, como observa Lesher (1971), Aristóteles parece comprometer-se com o seguinte conjunto inconsistente de teses: (i) a forma é substância; (ii) a forma é universal; (iii) nenhum universal é substância. Para alguns comentadores, essa posição é irremediavelmente inconsistente⁵. Outros procuram mostrar que Aristóteles não se compromete com alguma dessas teses ou que, quando devidamente qualificadas, elas não entram em conflito. Entre esses intérpretes, destacam-se duas estratégias principais. De um lado, a estratégia universalista⁶, que sustenta que os argumentos de Z.13-16 não implicam (iii), mas apenas uma versão mais fraca dessa tese – rejeitando a substancialidade dos universais platônicos sem comprometer a das formas imanentes aristotélicas. De outro lado, a estratégia particularista, que rejeita (ii) e atribui a Aristóteles uma teoria de formas e essências individuais⁷.

No centro da disputa entre as leituras universalistas e particularistas encontra-se, portanto, a questão sobre o estatuto ontológico das formas substanciais – se universais ou individuais. Uma das defesas mais influentes da teoria das formas individuais foi apresentada em Frede (1987) e em Frede e Patzig (1988). Entre seus argumentos, destaca-se a tese de que as formas são individuais por constituírem o princípio de identidade das substâncias compostas – o que nos reconduz ao problema da individuação. Nosso objetivo é examinar os dois modelos de explicação da individualidade das substâncias compostas e analisar o argumento proposto por Frede. A partir dessa análise discutiremos as opções que permanecem abertas às interpretações universalistas das formas substanciais.

O PRINCÍPIO DA INDIVIDUAÇÃO EM ARISTÓTELES

É possível atribuir a Aristóteles um interesse em questões de individuação? Para responder a essa pergunta, é preciso esclarecer o que entendemos pela expressão “princípio de individuação”, e o que um tal princípio explica. Convém distinguir, então, duas questões que por vezes se sobrepõem e se confundem: a questão sobre a unidade das substâncias compostas e a questão de sua individualidade.

⁵ Essa é a perspectiva de Lesher (1971) e Sykes (1975).

⁶ Entre os trabalhos que exploram alguma versão dessa alternativa estão: Woods (1968), Woods (1974), Loux (1979), Driscoll (1981), Woods (1991), Scaltsas (1994), Wedin (2000) e Galluzzo (2013).

⁷ Para essa linha interpretativa, ver Sellars (1957), Albritton (1957), Lloyd (1981), Whiting (1986), Frede (1987), Frede e Patzig (1988), Irwin (1988) e Witt (1989).

Essa distinção foi notada por Popper (1953), ao comentar as posições defendidas por Anscombe (1953) e Lukasiewicz (1953). Lukasiewicz formula a questão em termos de unidade: se todo indivíduo é um composto (de matéria e forma), o que garante sua unidade? Por que sua identidade não se reduz à mera soma de suas partes? Anscombe, por sua vez, procura explicar o que torna um indivíduo numericamente distinto de outros (qualitativamente idênticos). Lukasiewicz responde seu problema a partir da forma, Anscombe responde o seu a partir da matéria.

A diferença entre o problema da unidade e o da individuação pode ser percebida pelo fato de que se pode sustentar respostas diferentes para cada um deles sem contradição. O que torna um indivíduo numericamente distinto de outros qualitativamente idênticos não é, em princípio, necessariamente o mesmo em virtude do qual ele é algo uno – um todo para além das suas partes. Aristóteles não formula explicitamente o problema da individuação, mas isso não se pode dizer a respeito do problema da unidade. Em *Met. Z.17* ele parece considerar justamente isso, e argumenta que um todo como a sílaba *ba*, em oposição a um mero agregado de partes, é o todo que é em virtude de algo que não pode ser reduzido a um dos seus elementos materiais – a sua substância e causa primeira do seu ser (1041b11-33)⁸.

As evidências textuais a respeito do princípio de individuação, por sua vez, não são tão claras. As duas passagens principais estão em *Met. Δ.6* 1016b31-35 e *E.8* 1034a5-8, e parecem apontar para a matéria. Na passagem de *Δ.6*, apresentando o sentido no qual algo “é um em número” (κατ’ ἀριθμὸν ἔστιν ἓν), Aristóteles usa como critério a unidade da matéria – é um em número as coisas cuja matéria é uma (ἀριθμῷ μὲν ὧν ἡ ὅλη μία). Seguindo a leitura tradicional, a passagem estabelece que se *x* e *y* são um quanto ao número se e somente se a matéria de *x* e a de *y* é a mesma⁹. Na passagem de *E.8*, por sua vez, lemos:

Quando há o todo, a forma de tal tipo nestas carnes e ossos, há Cálías e Sócrates – e eles são diferentes em função da matéria (pois ela é diferente), mas são o mesmo quanto à forma (pois a forma é indivisível). (*Met. E.8* 1034a5-8).¹⁰

⁸ Ver também *Met. Z.10*, onde discute a unidade da definição, e *H.6*.

⁹ Ver Cohen (1984), pp. 44-47.

¹⁰ τὸ δὲ ἅπαν ἥδη, τὸ τοιόνδε εἶδος ἐν ταῖσδε ταῖς σαρκὶ καὶ ὀστοῖς, Καλλίας καὶ Σωκράτης· καὶ ἕτερον μὲν διὰ τὴν ὅλην (ἐτέρα γάρ), ταὐτὸ δὲ τῷ εἶδει (ἄτομον γὰρ τὸ εἶδος).

A passagem parece apoiar a leitura de $\Delta.6$ se entendermos que a diferença numérica de Cálías e Sócrates se deve a uma diferença numérica na matéria que os compõem. Cálías e Sócrates, como substâncias compostas de matéria e forma, são diferentes, então, em virtude da matéria, pois são o mesmo quanto à forma. A forma de Cálías e Sócrates é $\alpha\tau\omicron\mu\omicron\nu$, i.e. é uma mesma forma, que não pode ser dividida. Na leitura apresentada, *Met.* $\Delta.6$ e $Z.8$ apresentariam evidências de que, para Aristóteles, a matéria seria o princípio de individuação das substâncias compostas, no sentido apresentado acima.

Os comentadores que defendem a posição que toma as formas como princípio de individuação, contudo, contestam essa interpretação. Para entender as suas respostas aos argumentos da posição tradicional, é útil assinalar duas outras distinções. Em primeiro lugar, é importante determinar se, ao perguntar pelo princípio de individuação em Aristóteles, estamos interessados em um problema de natureza metafísica ou epistemológica. No primeiro caso, o interesse está em saber o que realmente torna um indivíduo numericamente distinto de outros qualitativamente idênticos a ele. No segundo, por sua vez, o interesse está em saber o que permite a nós, sujeitos de conhecimento, distinguir indivíduos qualitativamente idênticos um do outro.

Essa distinção é usada para atenuar a importância dada às passagens de $\Delta.6$ e $Z.8$ pela interpretação tradicional. Charlton (1972) procurou mostrar que a passagem de $\Delta.6$, em seu contexto, é melhor entendida como uma observação sobre unidade e não individuação. A passagem de $Z.8$, por sua vez, não lida com o problema metafísico, mas com a questão epistemológica de como distinguimos indivíduos da mesma espécie. A proposta consiste em entender que $\acute{\epsilon}\tau\epsilon\rho\omicron\nu$ aponta para a diferença qualitativa, e não numérica, de Cálías e Sócrates. A diferença (qualitativa) de Cálías e Sócrates se deve a uma diferença (qualitativa) na matéria que os compõem – e.g. um tem nariz adunco, o outro não. Isso é o que nos permite distinguir os dois, dado que, do ponto de vista da forma, são (qualitativamente) idênticos¹¹.

É interessante notar as implicações de cada uma dessas leituras para o debate sobre a natureza das formas substanciais. A interpretação tradicional da passagem tende a apoiar as interpretações universalistas, mas isso não se segue na leitura de Charlton. Se a passagem estabelece a diferença numérica de Sócrates e Cálías a partir da diferença numérica da matéria, então a oposição entre matéria que é $\acute{\epsilon}\tau\epsilon\rho\alpha$, e a forma, que é $\alpha\tau\omicron\mu\omicron\nu$ pode ser compreendida nos seguintes termos: Cálías e Sócrates possuem matérias

¹¹ Ver Cohen (1984), que examina a leitura proposta por Charlton.

diferentes e uma mesma forma – e, por isso, são τὰὐτὸ τῷ εἶδει. Se, por outro lado, ela trata da diferença qualitativa, ela aponta apenas para o fato de que Cálías e Sócrates possuem formas que são qualitativamente idênticas – o que não impede que sejam numericamente distintas, como sustentam as interpretações particularistas.

Essa é justamente a posição de Frede (1987). Para ele, as formas das substâncias compostas de uma mesma espécie são qualitativamente idênticas, mas numericamente distintas. A menção à matéria na passagem de Z.8 explica como somos capazes de distinguir Cálías e Sócrates, dado que, do ponto de vista da forma, são exatamente iguais. Sua principal defesa da individualidade das formas substanciais¹², no entanto, consiste em mostrar que elas precisam ser concebidas dessa maneira para explicar a identidade – e, portanto, a individualidade – das substâncias compostas.

Convém, por fim, introduzir uma última distinção. O princípio de individuação pode ser investigado em duas perspectivas temporais, a sincrônica (ou estática) e a diacrônica (ou dinâmica). Podemos perguntar o que torna um indivíduo numericamente distinto de outros em um determinado momento do tempo, mas também podemos perguntar sobre o que garante a sua identidade ao longo do tempo. As passagens de Δ.6 e Z.8 parecem considerar a questão na perspectiva estática, e as defesas da tese que toma a matéria como princípio de individuação tendem a concentrar-se nesses casos. Hartman (1976), Whiting (1986) e Frede (1987), por exemplo, defendendo a tese contrária, desenvolvem análises da individuação sobretudo na perspectiva dinâmica. Para esses autores, a consideração da passagem do tempo introduz problemas que a posição tradicional não consegue resolver – e cuja solução requer, em parte, uma concepção de formas individuais.

O desafio das interpretações universalistas consiste, portanto, em determinar se a interpretação tradicional do problema, centrada na matéria, é capaz de explicar a distinção dos indivíduos não apenas em um determinado momento do tempo, mas também a sua identidade diacrônica – ou se, como sugerem Frede e outros autores, isso exige uma teoria de formas individuais. Em outras palavras, trata-se de saber se a matéria, por si só, é suficiente para explicar a individuação das substâncias compostas no tempo e, em caso negativo, se há alternativas disponíveis às interpretações universalistas das formas substanciais.

¹² Frede e Patzig (1988) defendem sua teoria das formas individuais a partir da análise de várias passagens do livro Z. Para uma apreciação geral desses argumentos, ver Wedin (1991).

Vejamos, então, a posição de Frede (1987). A sua interpretação é, em parte, motivada por sua leitura de *Met. Z.3*. Nesse capítulo, Aristóteles examina o critério de substancialidade das *Categorias*, dado que “o substrato primeiro parece ser substância em sentido mais próprio” (μάλιστα γὰρ δοκεῖ εἶναι οὐσία τὸ ὑποκείμενον πρῶτον). Na frase seguinte, lemos que, em um sentido, a matéria é dita ser dessa natureza, em outro sentido, a forma e, em um terceiro sentido, o composto de matéria e forma¹³ (1029a2-3). Frede procura explicar, então, como a forma pode ser tomada como ὑποκείμενον πρῶτον de uma substância composta – e as verdades a respeito dessa substância como verdades a respeito da forma.

Frede argumenta que uma substância composta passa, ao longo de sua existência, por uma série de mudanças – de tamanho, temperatura, cor, lugar, etc. Se a substância em questão permanece a mesma, deve haver algo nela que permanece idêntico durante a sua existência e que garante a sua identidade¹⁴ – e isso é o que pode ser tomado, em última análise, como o substrato primeiro de suas propriedades. Ora, uma substância composta é analisada em matéria e forma. Para Frede, a forma deve ser compreendida como uma certa disposição ou estrutura que organiza a matéria da substância em questão. O raciocínio é, então, o de que a única coisa que permanece inalterada durante a existência de uma substância individual é a sua forma (i.e. a sua disposição ou estrutura), ao passo que a matéria que ela organiza está sujeita a processos de mudança. Se esse é o caso, essa organização é o que garante a identidade da substância composta no tempo, e precisa ser concebida como individual.

A análise do navio de Teseu, *Theoris*, procura evidenciar esse resultado. A história é, em linhas gerais, a seguinte: o navio *Theoris* precisa, ao longo do tempo, ser reformado, e suas tábuas são gradualmente substituídas até o ponto em que nenhuma das tábuas originais permanece. As tábuas retiradas são preservadas, e um engenheiro constrói com elas um segundo navio, de acordo com a mesma disposição de *Theoris* (seguindo a planta de construção do navio). Temos, então, dois navios, *Theoris I* (o navio antigo com tábuas

¹³ Essa leitura depende de entender que τοιοῦτον (“dessa natureza”, “de tal tipo”) refere-se a “substrato primeiro” da frase anterior, μάλιστα γὰρ δοκεῖ εἶναι οὐσία τὸ ὑποκείμενον πρῶτον. Isso pode ser evitado, contudo, tomando como uma referência à οὐσία – e, nesse caso, matéria, forma e o composto são tipos de substância ou da natureza da substância.

¹⁴ Frede (1987) p. 76.

novas) e *Theoris II* (o navio novo com tábuas antigas). Qual deles é o *mesmo* navio que *Theoris*? Frede sustenta que a intuição mais plausível é a de que *Theoris* é *Theoris I*, o navio antigo com tábuas novas.

No exemplo, a forma do navio corresponde à sua estrutura e organização – i.e. às especificações contidas na sua planta. Essa estrutura passa a existir ao organizar uma determinada matéria (o conjunto original de tábuas). Ela possui, então, uma história no tempo e no espaço que pode ser rastreada: primeiro organizando aquele conjunto de tábuas, depois conjuntos sucessivos até chegarmos a um completamente diferente, ao que chamamos de *Theoris I*. *Theoris II*, por sua vez, constitui uma segunda estrutura e, ainda que tenha as tábuas originais de *Theoris*, possui uma história distinta. Em outras palavras, o critério de identidade das partes não é suficiente para garantir identidade (pois o navio com as tábuas antigas não é *Theoris*), nem necessário (pois o navio com tábuas novas é o navio original). O que garante a identidade do navio é, segundo essa análise, apenas a continuidade da forma.

Se a identidade de uma substância composta depende da identidade da matéria ou da forma, e a identidade da matéria não constitui condição nem necessária nem suficiente, então a identidade de uma substância composta depende da identidade de sua forma. Se esse é o caso, conclui Frede, a forma precisa ser compreendida como individual. É importante notar que essa conclusão se segue se, e somente se, aceitarmos, com Frede, que (a) *Theoris* e *Theoris I* são o mesmo navio e (b) que a identidade diacrônica de uma substância composta deve ser explicada ou bem por sua matéria ou bem por sua forma. Permanece aberta, em particular, a possibilidade de que a identidade seja explicada a partir da relação entre esses dois elementos na composição da substância individual¹⁵.

A ANÁLISE UNIVERSALISTA DA INDIVIDUAÇÃO SINCÔNICA

A interpretação universalista das formas substanciais precisa recusar, então, ao menos uma das premissas do argumento de Frede, (a) ou (b). Scaltsas (1994) discute o argumento de Frede e contesta ambas¹⁶. Segundo ele, a intuição que fundamenta (a) se baseia em investigações metafísicas

¹⁵ Para outras discussões sobre a posição de Frede, ver Wedin (1991) pp.381-383, Scaltsas (1994) pp. 235-241 e Galluzzo e Mariani (2006) pp. 183-187.

¹⁶ Scaltsas (1994) pp. 241-246.

contemporâneas sobre o navio de Teseu e não é tão evidente quanto Frede supõe. Ele apresenta o seguinte caso:

Os navios *Athena* e *Hermes* partem em missão oficial de Atenas para Delos: *Athena* leva relíquias sagradas que devem ser apresentadas anualmente no templo de Delos, enquanto *Hermes* atua como navio de escolta. Os dois navios possuem a mesma disposição – são construídos de acordo com a mesma planta – ainda que possuam diferenças materiais visíveis. Durante a viagem os capitães decidem, por chiste, trocar as tábuas dos dois navios. Quando os navios retornam para Atenas, a percepção da cidade é a de que *Hermes* transporta as relíquias sagradas, e os capitães são levados a julgamento. As relíquias sagradas estão em *Athena* ou em *Hermes*?

Na perspectiva de Frede, as relíquias sagradas permanecem em *Athena*, pois permanecem na mesma estrutura que saiu de Atenas carregando as relíquias, ainda que suas tábuas tenham sido substituídas. Scaltsas, por sua vez, sustenta que a intuição dos cidadãos atenienses é a de que as relíquias foram transferidas de navio, e agora estão em *Hermes*. Como observa Galluzzo¹⁷, não se trata de uma questão epistemológica: mesmo que os capitães expliquem a brincadeira, os cidadãos não diriam que as tábuas foram trocadas, mas que os navios foram desmontados e reconstruídos em outro lugar, como ocorre nos estaleiros. Contra a intuição de Frede, pode-se sustentar que, quando um navio é desmontado e remontado (e há, portanto, descontinuidade da forma), não existe um segundo navio – trata-se do mesmo navio, que foi desmontado e depois reconstruído.

Em outras palavras, Scaltsas entende que a análise do caso de *Athena* e *Hermes* mostra que, em certos contextos, o critério de identidade qualitativa da forma (i.e. uma mesma organização) combinado ao de identidade numérica das partes, pode ter prioridade sobre o critério de continuidade da forma na determinação da identidade de um objeto. No argumento de Frede, supõe-se como ponto de partida a intuição de que o navio antigo com tábuas novas é *Theoris*. Na perspectiva de Scaltsas, contudo, o caso de *Athena* mostra que essa hipótese não pode ser assumida sem justificação – na medida em que intuições contrárias são igualmente plausíveis.

Vimos que, nas passagens onde Aristóteles parece tratar de questões de individuação na *Metafísica*, ele privilegia a perspectiva estática: o que torna um indivíduo numericamente distinto de outros indivíduos que são qualitativamente idênticos a ele em um determinado momento do tempo.

¹⁷ Galluzzo e Mariani (2006) p. 210.

Se essas passagens dizem respeito ao problema metafísico da individuação, Aristóteles parece sustentar que são diferenças na matéria que explicam a individualidade das substâncias compostas. Os intérpretes que enfatizam considerações diacrônicas insistem, contudo, que a matéria é insuficiente para explicar a identidade dessas substâncias ao longo do tempo – afinal, um objeto material deve poder sofrer mudanças sem deixar de existir.

Seguindo esse raciocínio, Frede procura mostrar que a identidade dos objetos materiais ao longo do tempo depende unicamente da continuidade de uma mesma forma – e que isso só é possível se as formas forem individuais, já que uma forma universal não poderia explicar a individualidade de todos os itens aos quais pertence. Como as interpretações universalistas podem rejeitar essa conclusão? Galluzzo (2006) sugere que a resposta de Scaltsas a Frede pode indicar um caminho: se a sua intuição do caso de *Athena* e *Hermes* é defensável, então a identidade de um objeto material ao longo do tempo pode ser explicada pela identidade qualitativa de uma forma universal combinada com um critério de continuidade da matéria.

Nessa perspectiva, o trabalho de individuação diacrônica pode, para um universalista, repousar na interação entre forma e matéria na constituição de uma substância composta, e não exclusivamente em um desses elementos. Com isso, rejeita-se precisamente a segunda premissa do argumento de Frede – a saber, (b), segundo a qual a identidade diacrônica de uma substância composta deve ser explicada ou bem por sua matéria ou bem por sua forma.

Essa perspectiva, que escapa da dicotomia entre as posições que tomam a matéria como único princípio de individuação, de um lado, e as que atribuem esse papel exclusivamente à forma, de outro, parece-nos promissora. Em *De Anima* II.4 415b28-416a9, Aristóteles critica o modelo de explicação estritamente materialista de Empédocles para o crescimento das plantas: se o crescimento das raízes, para baixo, se explica pelo movimento natural da terra, e o dos galhos, para cima, pelo movimento natural do fogo, o que impede que a planta se rompa? Para Aristóteles, é a forma (alma), a causa da nutrição e do crescimento. Um mundo governado pelas leis da matéria e dos seus elementos mais básicos (água, ar, terra e fogo) seria um núcleo de terra coberto por uma massa de água, seguido por uma camada de ar e, por fim, por fogo – sem diferenciação interna ou movimento organizado.

A individualidade supõe diversidade, e um mundo como esse seria uniforme e indistinto. Por outro lado, as formas são tomadas como causas, e causas devem ser universalmente formuláveis. Também nesse nível há indistinção: a forma universal do ser humano não explica a diversidade de indivíduos como Cálías e Sócrates. Apenas quando essa forma organiza

diferentes porções de matéria a diversidade emerge. Uma substância individual é, assim, na perspectiva de Aristóteles, um composto de matéria e forma. Considerados isoladamente, esses elementos não são individuais em sentido estrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da teoria das formas individuais, tal como proposta por Frede, a partir de considerações sobre a individuação na perspectiva diacrônica, supõe que a identidade de uma substância composta deve ser explicada por um elemento nela que permanece inalterado ao longo de sua existência. Dado que a matéria que a compõe sofre mudanças, e que uma mudança de forma significa a destruição da substância, conclui-se que a forma constitui o seu princípio de individuação.

Se essa suposição for rejeitada, no entanto, o argumento perde força. Em particular, se for possível mostrar que a identidade qualitativa de uma forma, combinada com um critério de continuidade da matéria que ela organiza, é suficiente para atribuir identidade a um objeto material, então essa forma pode ser concebida como universal sem maiores dificuldades.

Diante disso, sustentamos que a questão sobre o estatuto ontológico das formas não pode ser decidida a partir de considerações sobre a identidade e a individuação das substâncias compostas. Ao contrário, é a concepção que se adota acerca da natureza das formas que deve orientar a interpretação das passagens em que Aristóteles parece tratar de questões de individuação. A teoria de Frede parte de uma leitura abrangente da posição de Aristóteles em *Metafísica Z*, e a sua avaliação exigiria o exame de um conjunto mais amplo de passagens, o que excede o escopo deste trabalho. Limitamo-nos, assim, a indicar o tipo de resposta que permanece disponível para as interpretações universalistas das formas substanciais.

[Recebido em abril/2026; Aceito em junho/2026]

REFERÊNCIAS

- ALBRITTON, R. Forms of Particular Substances. *The Journal of Philosophy*, v. 54, n. 22, 1957, p. 699-708.
- ANNAS, J. (ed.). *Oxford Studies in Ancient Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1983.
- ANSCOMBE, E. Symposium: The Principle of Individuation. *Proceedings of the Aristotelian Society*, supl. XXVII, 1953, p. 83-89.

- CHARLTON, W. Aristotle and the Principle of Individuation. *Phronesis*, v. 17, n. 3, 1972, p. 239-249.
- COHEN, S. M. Aristotle and Individuation. *Canadian Journal of Philosophy*, v. suplementar X, 1984, p. 41-65.
- DRISCOLL, s.. EIDH in Aristotle's Earlier and Later Theories of Substance. In: O'MEARA. *Studies in Aristotle*. Washington-DC: Catholic University Press, 1981, p. 129-259.
- FREDE, M. Substance in Aristotle's *Metaphysics*. In: FREDE, M. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, p. 72-80.
- FREDE. M. *Aristoteles Metaphysik Z*: Text, Übersetzung und Kommentar. 2. vols. München: Beck, 1988.
- GALLUZZO, G. Universals in Aristotle's *Metaphysics*. In: CHIARADONNA; GALLUZZO (eds.). *Universals in Ancient Philosophy*. Pisa: Edizioni della Normale, 2013, p. 209-253.
- GALLUZZO, G.; MARIANI, M. *Aristotle's Metaphysics Book Z: The Contemporary Debate*. Pisa: Edizioni Della Normale, 2006.
- HARTMAN, E. Aristotle on the Identity of Substance and Essence. *The Philosophical Review*, v. 85, n. 4, 1976, p. 545-561.
- HEINAMAN, R. An Argument in *Metaphysics Z* 13. *The Classical Quarterly*, New Series, v. 30, n. 1, 1980, p. 72-85.
- IRWIN, T. *Aristotle's First Principles*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- LESHER, J. H. Aristotle on Form, Substance and Universals: A Dilemma. *Phronesis*, v. 16, n. 2, 1971, p. 169-178.
- LLOYD, G.E.R. *Form and Universal in Aristotle*. Cambridge: Francis Cairns, 1981.
- LOUX, M. J. Form, Species and Predication in *Metaphysics Z*, H and $\square$. *Mind*, v. 88, n. 349, 1979, p. 1-23.
- LOUX, M. J. *Primary Ousia, An Essay on Aristotle's Metaphysics Z and H*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- LUKASIEWICZ. Symposium: The Principle of Individuation. *Proceedings of the Aristotelian Society*, supl. XXVII, 1953, p. 69-82.
- POPPER. Symposium: The Principle of Individuation. *Proceedings of the Aristotelian Society*, supl. XXVII, 1953, p. 97-120.
- SCALTAS. *Substances and Universals in Aristotle's Metaphysics*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- SELLARS, J. Substance and Form in Aristotle. *Journal of Philosophy*, v. 54, n. 22, 1957, p. 688-699.
- SYKES, R.D. Form in Aristotle: universal or particular? *Philosophy*, v. 50, n. 193, 1975, p. 311-331.
- WEDIN, M. V. PARTisanship in *Metaphysics Z*. *Ancient Philosophy*, v. 11, 1991, p. 361-385.
- WEDIN, M. V. *Aristotle's Theory of Substance*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WHITING, J. Form and Individuation in Aristotle. *History of Philosophy Quarterly*, v. 3, n. 4, 1986, p. 359-377.
- WITT, C. *Substance and Essence in Aristotle*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- WOODS, M. J. Problems in *Metaphysics Z*, chapter 13. In: MORAVCSIK, J. M. E. (ed.). *Aristotle: A Collection of Critical Essays*. London: Macmillan, 1967, p. 215-238.
- WOODS, M. J. Substance and Essence in Aristotle. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 75, 1974-1975, p. 167-180.
- WOODS, M. J. Universals and Particular Forms in Aristotle's *Metaphysics*. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, Supplementary vol., 1991, p. 41-56.